

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

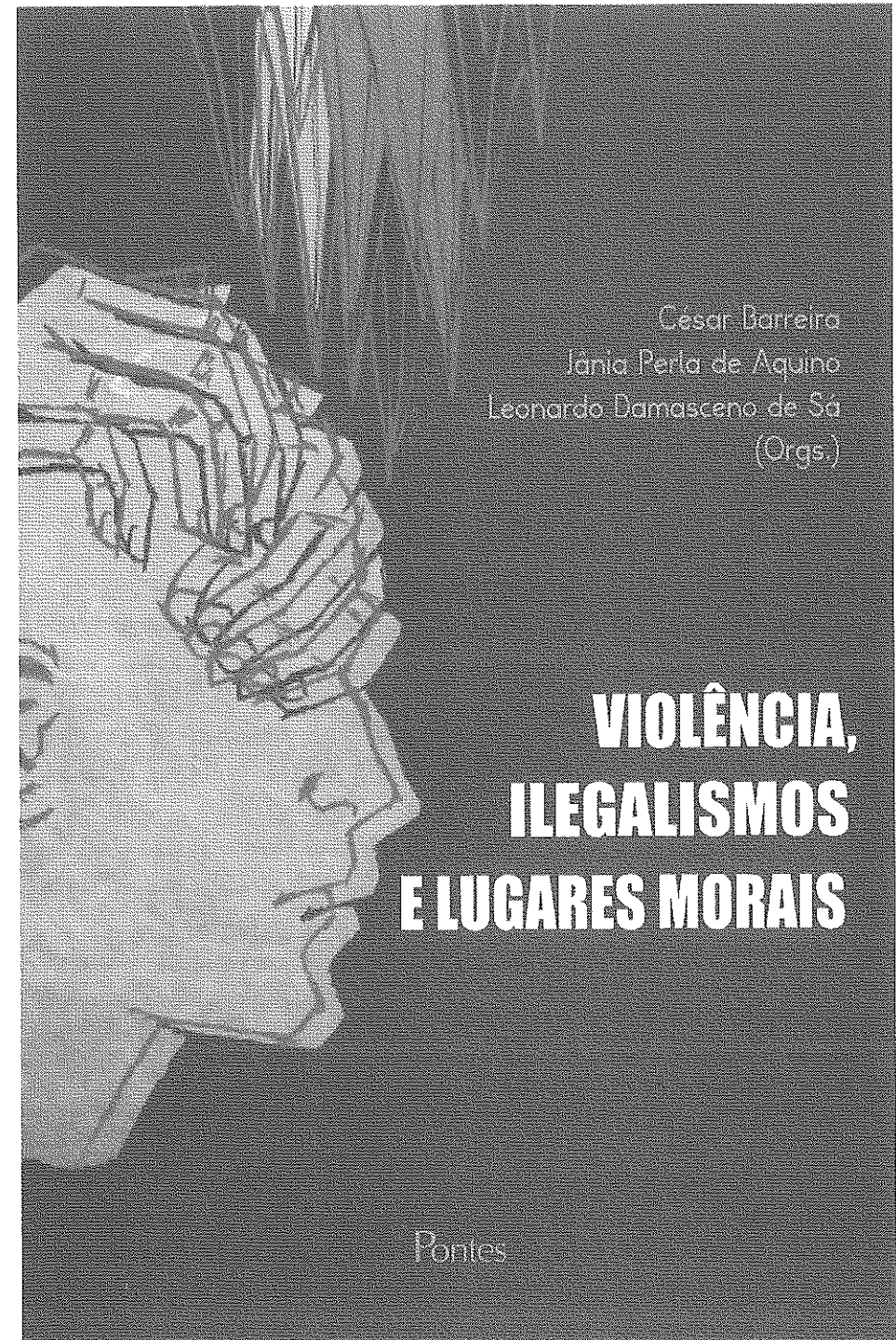
Barreira, César. / Aquino, Jânia Perla de. / Sá, Leonardo Damasceno de. (Orgs.)
Violência, Ilegalismos e Lugares Morais /
César Barreira / Jânia Perla de Aquino/ Leonardo Damasceno de Sá (Orgs.)
Campinas, SP : Pontes Editores, 2014.
Coleção: Conflitos Sociais & Práticas Políticas

Bibliografia.
ISBN - 978-85-7113-579-6

1. Sociologia 2. Antropologia social
3. Conflitos sociais - violência I. Título. II. Coleção

Índices para catálogo sistemático:

1. Sociologia - 301
2. Antropologia social - 306
3. Conflitos sociais - violência - 303.6



Copyright © 2014 dos organizadores representantes dos colaboradores
Coordenação Editorial: Pontes Editores
Editoração e capa: Eckel Wayne
Revisão: Pontes Editores, Marcela Matos

Coleção: Conflitos Sociais e Práticas Políticas
Coordenadores da Coleção: César Barreira e Irllys Barreira

Todos os direitos desta edição reservados à Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.

PONTES EDITORES
Rua Francisco Otaviano, 789 - Jd. Chapadão
Campinas - SP - 13070-056
Fone 19 3252.6011
Fax 19 3253.0769
ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

2014
Impresso no Brasil

SUMÁRIO

Introdução	9
César Barreira	
Jânia Perla Diógenes de Aquino	
Leonardo Damasceno de Sá	

PARTE I

Vivendo o Perigo e Códigos Sociais

Respeito e Consideração, entre os muros escolares	15
César Barreira	
Saber viver, em meio a encenqueiros, valentões e perigosos	43
John Comerford	
Pesquisas Desiguais e Lutas Negligenciadas	59
Jorge Mattar Villela	
Narrativa del trauma y recomposición social. A propósito de los 12 años de la masacre del Naya	77
Myriam Jimeno	
Daniel Varela Corredor	
Ángela Milena Castillo Ardila	
Conduzindo o Perigo: governança, redes de inteligência securitárias entre taxistas	101
Eduardo Paes-Machado e Ana Márcia Nascimento	

- VIDAL, D. A linguagem do respeito: a experiência brasileira e o sentido da cidadania nas democracias modernas. In: *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Vol. 46, no 2, 2003.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. O nativo relativo. In: *Revista Mana* Rio de Janeiro: Vol. 8, nº 1, 2002.
- WIEVIORKA, M. *La violence*. Paris, Hachette-Littératures, 2005.

SABER VIVER, EM MEIO A ENCRENQUEIROS, VALENTÕES E PERIGOSOS

John Comerford¹

Portando notícias de um lugar perigoso

Em fins dos anos noventa e início dos anos 2000, estive na Zona da Mata de Minas Gerais para realizar uma pesquisa que tinha por objeto a formação do sindicalismo de trabalhadores rurais, em um conjunto de municípios da parte norte dessa região marcados pela atuação das Comunidades Eclesiais de Base entre pequenos sítiantes e meeiros nos anos 60-70. Ainda que eu tivesse informações sobre ameaças sofridas por dirigentes sindicais da região, a violência não chegava a ser um tema central na formulação inicial do projeto. Ao contrário de outras regiões, aqui não havia relatos de torturas ou mortes de dirigentes sindicais ou lideranças locais e seus familiares. No entanto, o tema da violência surgiu na pesquisa de campo por um viés não esperado. Conforme a pesquisa foi sendo realizada, foi ficando evidente que os conflitos por vezes bastante violentos entre próximos – vizinhos, parentes, familiares, amigos – configuravam um tema central inclusive para entender o processo de formação dos sindicatos (ver Comerford, 2003). Um aspecto importante desses conflitos era a narrativa e a discussão de episódios de violência, que dessa maneira se tornavam marcos nas relações entre pessoas, famílias e localidades.

Tais narrativas cotidianas aguçavam talvez o interesse pelo tema da violência entre os moradores da roça. Um dos modos pelos quais esse tema surgiu na pesquisa foram justamente conversas em torno do fato de eu residir no Rio de Janeiro. Como acontecia em conversas com qualquer pessoa de fora do Rio que acompanhava os noticiários da televisão na época, também ali na roça a referência à cidade trazia observações sobre

¹ Professor do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/UFRJ

a gravidade da violência e perguntas sobre “como está” a situação. Mas na minha pesquisa de campo tais observações e perguntas costumavam trazer em seguida dois movimentos. O primeiro era contrastar a violência descontrolada do Rio e a tranqüilidade daquela localidade rural. “Aqui pode dormir de janela aberta” era uma fórmula sempre acionada. Roubos ali eram desconhecidos e, portanto, ao contrário do que acontecia no Rio, não havia as agressões e mortes que os acompanhavam. O outro movimento que às vezes acontecia era o de questionar-me a respeito de como eu lidava com a violência, seguido em alguns casos de narrativas sobre as próprias experiências e relatos sobre maneiras de lidar com situações potencialmente violentas em favelas do Rio, da Baixada Fluminense, de Volta Redonda, de São Paulo, cidades em que muitos ali já haviam residido, ou que freqüentavam ocasionalmente por ali terem parentes.

Com relação ao primeiro movimento, o que sempre me surpreendia era que o retrato de um local pacífico e quase idílico que surgia do contraste com o Rio não lhes parecesse em nada contraditório com as narrativas de violência que iam surgindo aos poucos a respeito dessas mesmas localidades: casos de agressões e mortes entre irmãos, marido e mulher, vizinhos, primos, amigos de infância, revelados muitas vezes ao passar perto de casas ou sítios em que tais episódios haviam ocorrido, ou ao lado de cruzeiros em beiras de estradas, ou ao encontrar algum envolvido ou familiar de envolvido nesses episódios, ou mesmo em constrangida referência à eventual (má) fama do lugar, imaginando que eu já estivesse ciente dela. No caso desses lugares com “fama de perigoso” ou de “lugar de gente brava”, eventualmente surgiam relatos sobre a maneira pela qual ciclos de violência foram controlados, ou a maneira como o narrador ou algum familiar seu demonstrou saber fazer-se respeitado por vizinhos perigosos; ou ainda a maneira pela qual ficaram demonstrados os limites da convivência com tais vizinhos².

Com relação ao segundo movimento mencionado mais acima, era marcante o tom de orgulho com que relatavam o sucesso, do próprio narrador ou de seus parentes, em viver em lugares violentos e que tendiam ao descontrole. Narravam por exemplo a sua chegada em favelas do Rio para visitar parentes, momento em que estes iam encontrá-los “fora” da comunidade, controlada por traficantes, para acompanhar sua entrada de modo a evitar problemas – mostrando que tais parentes eram

² Por exemplo com a morte, de autoria discretamente silenciada, de um vizinho que praticava incessantemente graves agressões e acumulava inimizades.

conhecidos e respeitados pelos traficantes locais. Ou narravam como, na época em que moraram em algum bairro urbano no qual se tornaram vizinhos de pessoas notoriamente perigosas, conseguiram estabelecer uma relação cordial e respeitosa com tais pessoas. “Precisa saber viver” era uma frase muito acionada nessas conversas. E o orgulho parecia ser tanto maior quanto maior a fama de perigo das pessoas ou bairros que apareciam na narrativa.

Em ambos os movimentos, por caminhos diferentes, está em jogo falar sobre um “saber viver” que permite o controle do perigo e da violência. Está em jogo também manifestar orgulho pela demonstração desse saber por parte do próprio narrador, de sua família e seus parentes, ou de sua comunidade, apontando para a valorização desse saber nesse universo social. Em torno dessa referência ao “saber viver”, ou de narrativas sobre momentos e lugares marcados pela presença de personagens tidos com perigosos, surgem temas e termos como o *respeito*, a *paciência*, a *tolerância*, e também a *esperteza*, referidos a práticas e modalidades de interação e expressão que caracterizam moralmente a pessoa que fala e permitem evitar as armadilhas do *descontrole*. Ao me inquirir sobre o modo pelo qual eu, morador do Rio de Janeiro, famoso lugar de gente perigosa, lidava com uma situação que aparentemente tendia à violência descontrolada e imprevisível, talvez estivesse em jogo investigar se eu, como eles, sabia viver, dando-me inclusive a oportunidade de expressar meu orgulho por isso. Um pouco constrangido e sem nada muito pessoalmente dramático para contar a respeito do meu convívio com a violência do Rio e de experiências com os perigosos e o perigo, respondia com generalidades que certamente devem tê-los decepcionado.

Terão ficado decepcionados com razão: pois se trata, por assim dizer, de especialistas, interessados em narrativas detalhadas de casos concretos acompanhadas de considerações morais. Vivem em um universo em que o cerne da criação, continuidade e transformação das relações, e da produção de coletivos tidos como da ordem da família e do parentesco, está na tensão, no conflito, na *luta* (não por acaso um termo chave no vocabulário moral e reflexivo dessas pessoas), e em que narrativas bastante elaboradas e dramáticas se encarregam de lembrar a todos que a violação dos limites das casas, das famílias e dos corpos é uma possibilidade sempre presente mesmo que não freqüentemente realizada. Mas tais narrativas também permitem um exercício intenso e envolvente de reflexão moral, não em termos abstratos e sistemáticos, mas colados aos casos concretos

que são relatados e à situação em que o relato é feito, levando em conta a relação entre o narrador, os protagonistas da narrativa e o “público” presente, “público” este que é geralmente em alguma medida co-autor da narrativa. Creio que o convite que implicitamente me faziam para falar sobre “saber viver” em meio aos perigos do mundo (e do célebre Rio de Janeiro em particular) era um convite para uma interlocução que seria ao mesmo tempo debate moral, operação de mapeamento de relações sociais, posicionamento tático e, dependendo das circunstâncias e do público presente ou implícito, provocação implícita.

Sociabilidade agonística

A partir da descrição e análise de modalidades de sociação que encontrei no cotidiano do universo social em que ganha sentido esse *saber viver* e o falar sobre ele, refiro-me em trabalhos anteriores à “sociabilidade agonística” (Comerford, 2003, 2007)³. Com essa expressão, pretendi indicar o “conflito” como constitutivo de relações duradouras e geradoras de outras relações, ao invés de percebê-lo como ruptura de uma suposta solidariedade prévia ou como ausência de relação. Nesse sentido busco apontar algo como o gosto por uma tensão criativa, uma valorização da “arte da luta” oportunamente exercida no cotidiano ou em eventos extraordinários, e ao mesmo tempo a possibilidade permanente, intrínseca a tais modos de sociação, de que essa tensão se *descontrole*, levando a situações descritas na roça como cenas de *confusão*, *briga*, *violência* e *morte*. “Sociabilidade” é nesse caso um termo inspirado mais diretamente no texto de Simmel sobre a “forma lúdica da sociação”. Poderia ter adotado “socialidade”, que seria também adequado para o que pretendo descrever; ou ainda usado termos indicativos da intensidade de vínculos recíprocos como “comunidade” ou “intimidade”⁴. Mas queria com tal expressão enfatizar a dimensão lúdica, destacada por Simmel, ao mesmo tempo reforçando sua junção ao “agonístico”, que remete à “arte da luta”. Com essa expressão, procuro portanto captar algo de um

cotidiano atravessado pela mútua e envolvente apresentação e confrontação de pessoas/famílias⁵, a cada momento resultando em aproximação e distanciamento, associação e dissociação, familiarização e desfamiliarização. Tudo isso passa necessariamente pelo cultivo das artes da palavra, da narrativa, da boa prosa⁶ constitutiva do “saber viver”, e que inclui o falar sobre esse saber, por exemplo ao narrar as experiências de cada um com o controle ou o descontrole das tensões.

Ao me referir à “agonística”, portanto, procuro enfatizar a dimensão de expressão pública e apreciação moral da *luta* – termo que está no ponto de encontro da minha formulação e de uma expressão nativa que me parece central (Comerford, 1999). *Luta* é um termo chave para o povo da roça nessa região (assim como em outros contextos “rurais” e “populares” que conheço). Se no contexto sindical adquire a inflexão específica e algo épica do “estar na luta” ou “ser de luta”, no cotidiano é muito comum que as pessoas se refiram às suas atividades mais prosaicas – tocar lavoura, trabalhar na roça, cuidar da casa, criar os filhos – como *lutar*: lutar com gado, lutar com café, lutar com roça, e assim por diante. Se a vida é nesse sentido *uma luta*, é porque cada ato de quem *sabe viver* requer *coragem*, envolve *sofrimento*, mostra *valor*, tornando a pessoa/família digna de *respeito* e *consideração*, ou até mesmo *fama*. Estabelecer essa dignidade e seu reconhecimento potencializa a expansão e reforço de trocas, aproximações, associações e influência⁷. Nesse sentido *luta* não diz respeito necessariamente, de modo imediato, a enfrentamento aberto com outrem (ainda que possa assumir essa inflexão), mas antes ao cultivo e à demonstração (para os outros e para si) de valor moral, de boa postura frente ao mundo e capacidade de enfrentar suas adversidades. Está em jogo o tempo todo procurar demonstrar, narrativa e expressivamente, um valor moral sempre em transformação e, se possível, ampliação, realizado em formas que possam ser devidamente apreciadas (inclusive por si próprio) e se tornarem constitutivas de relações. Mas realizar tais afirmações ou demonstrações de valor, ao mesmo tempo públicas e íntimas, é sempre

3 Inspirado na leitura de autores como Simmel (1950, 1955) e Mauss (1974), bem como a coletânea organizada por Peristyani (1966), e os trabalhos de Pitt Rivers (1977), Campbell (1974) e Herzfeld (1996), além do diálogo com trabalhos contemporâneos sobre temas próximos como o de Marques (2002) e Villela (2004). Para uma discussão das possibilidades de diálogo entre as obras de Simmel e Mauss em torno da idéia de troca agonística, ver Beidelman, 1989.

4 Singh (2011) em sua etnografia feita em uma aldeia indiana, fala em “intimidade agonística”, inspirado na noção de “intimidade cultural” de Michael Herzfeld, para analisar a convivência entre castas vizinhas e potencialmente hostis e a inclusão de cada uma no esquema de aspirações morais da outra, configurando o que ele chama de uma “teologia política do vizinho”.

5 No universo analisado, a família é uma referência fundamental no senso de orientação social das pessoas, mas creio que deve ser tomada como um círculo sempre em processo de reconfiguração, tal como argumento em outros trabalhos ao propor a idéia de familiarização e desfamiliarização (Comerford, 2003 e 2007).

6 Sobre “prosa”, em uma análise extremamente sutil feita a partir da etnografia de uma comunidade rural do Norte Mineiro, ver Cerqueira (2010).

7 Nesse sentido, seria possível uma aproximação com as análises de Nancy Munn (1992) em sua etnografia sobre a Nova Guiné, onde trata do potencial de expansão do universo de relações implicado nas transformações de valor e na produção da fama.

mais complicado do que simplesmente afirmar um código moral consensual dado previamente. O respeito que harmoniza a relação entre os que se devem respeito é sempre a expressão de limites morais que se fazem ao arriscar tal relação, sem *descontrolar*, sempre diante de um público que é parte ativa da relação que se constrói entre duas partes (famílias/pessoas). Desse modo, estão necessariamente em jogo narrativas que transformam esse “arriscar relações” continuamente produzido no cotidiano em *assunto*. Esse termo, *assunto*, também de uso corriqueiro *na roça*, aponta para o caráter público das narrativas, pois é conforme uma *notícia* corre entre as casas e ganha importância pública que se torna o *assunto* - ainda que possa vir a ser desqualificado como *fofoca*. Seja *assunto* ou *fofoca*, não se trata da mera verificação e controle do respeito a regras ou normas previamente estabelecidas e consensuais, mas de um processo de elaboração de parâmetros morais através de práticas de observação e de práticas narrativas e argumentativas (um leque de formas de olhar e de formas de relatar e discutir). O vocabulário da regra, da norma, ou do dever aparece nesse caso como parte da retórica necessária ao convencimento, na disputa entre julgamentos, interesses e perspectivas divergentes, internamente a cada “comunidade moral”, ainda que baseados em alguns pressupostos comuns.

Enfrentamentos agudos, entre esses sitiantes e meeiros da Mata mineira, podem surgir a qualquer momento, e não faltam casos de brigas súbitas e inesperadas. O tom algo contido, um pouco formal, cuidadoso, que costuma dar tom às interações cotidianas na roça, geralmente bastante pacíficas, pode ser lido como controle polido diante da sempre presente possibilidade de *descontrole*⁸. A conversa e a brincadeira em um *clima gostoso*, a festa *sem confusão*, a *conversa boa*, são sempre realizações que merecem registro, reflexão e elogio, assim como merecem registro e crítica (mas também exercem certo fascínio) a festa que termina em *briga*, a *confusão* na saída da missa, a conversa tensa e *sem graça* na reunião da comunidade, os assassinatos dentro da família. Se por um lado o cuidado respeitoso marca o cotidiano, por outro o tom provocativo, bem como uma às vezes incontida vontade de fazer brincadeiras no limite do desrespeito ou um pouco além (mas como saber sem arriscar?), igualmente o marcam. Além do mais, o que

8 Para uma análise do par *controle/descontrole* na gestão das relações cotidianas na intimidade da família e da vizinhança, e a relação entre esse par e a noção de *paixão*, a partir de minuciosa etnografia de uma situação de *desentendimento* em uma comunidade rural no Alto Paranaíba mineiro, ver Lima, 2011.

efetivamente está ou esteve em jogo em dado encontro é necessariamente alvo de julgamento, interpretação e polêmica – se o respeito era verdadeiro ou fingido, se houve provocações dissimuladas, se o tom do que foi dito era sério, se a resposta diante da provocação foi fraqueza ou tolerância e paciência, se foi descontrolada ou mostrou coragem ou valentia, se foi memorável ou infeliz, se foi exemplar e marcante ou se melhor nem contar para ninguém. E se como bem mostra Cerqueira (2010), há um *cálculo* que faz parte do engendramento do rumo de toda *prosa*, o próprio *cálculo* feito poderá por sua vez se tornar objeto de *prosa*, de debate e inquirição sutil.

O universo social aqui analisado está, portanto, atravessado por modalidades de encontro que podem ser analisadas e descritas como modulações, composições, intensificações e atenuações de formas agonísticas de sociabilidade, seja no cotidiano seja nas ocasiões de “movimento” como festas, forrós, jogos de futebol. Narrativas são indissociáveis dessas modalidades. Tão indissociáveis que em certo sentido, tudo que se faz, se faz tendo em conta que será narrado, comentado. As próprias narrativas têm algo de agonístico, enquanto ato tanto quanto em sua economia retórica. Assim, o cotidiano vai se constituindo na sucessão de práticas como trabalhar, conversar, brincar, fazer farra (as turmas de jovens), reunir para rezar, ir à escola, jogar futebol, dançar no baile, fazer política, beber e jogar sinuca (os homens), frequentar a comunidade da Igreja, visitar, ajudar, fazer caridade, barganhar, frequentar as casas e assim por diante. Todas essas modalidades podem (ou não) dar lugar a práticas de conflito agudo, briga, encrenca, confusão, violência, até mortes, eventos suficientemente fascinantes para serem narrados repetidamente como cenas, casos, histórias. Tais narrativas, marcadas pela dramaticidade mas também, às vezes, pelo humor grotesco, são centradas na descrição dos movimentos que, no descontrolado, no escárnio, no desrespeito, realizam a violação de limites - de terras, de casas, de famílias, dos corpos vivos dos animais ou das pessoas - e podem fazer correr sangue, expor as “verdades morais” de pessoas e famílias, e revelar seu destino, sorte ou azar. Mas se essas narrativas lembram a todos as possibilidades de *descontrole*, outras narrativas estão centradas justamente na descrição dos atos e atitudes que permitem *controlar* e evitar brigas, confusões e mortes.

Controlando/descontrolando

“De noite ele sentava na porta assim e ficava até tarde, agüentando as mentiras” dizia uma senhora ao contar como o pai atuava como pacificador de conflitos potenciais em sua vizinhança, na época em que ela era moça. Ela se referia às conversas que ele entretinha na varanda com seus vizinhos e familiares, em que se mostrava “mais calmo” do que todos os outros. Quando necessário o pai “ia lá controlar”, evitando conflitos entre os que se desentendiam muito, inclusive os irmãos mais novos dele, que eram “mais encenqueiros”. No mesmo município, um senhor contava como, no tempo em que ele foi meeiro em uma propriedade, fez tudo para evitar problemas com um vizinho, também meeiro.

“Se vinha uma galinha no serviço dele, ele vinha contar prosa que estava no serviço dele. Comprei uma cabrita para dar leite ao menino, amarrei numa corda bem amarrada. Um dia ele veio me procurar na rua para dizer que a cabrita tinha escapado e comido a roça dele, contou uma prosa em frente à venda do Zé Agostinho. Vendi a cabrita. As éguas que ele comprou começaram a andar pelo meio da minha lavoura, mas eu não dizia nada, deixava à revelia”.

Certo dia, até o irmão desse vizinho problemático o procurou para solidarizar-se com ele: disse que não entendia como o irmão o *perseguia* tanto, ele que o havia ajudado muito quando chegara àquela propriedade. Mas ele então explicou pacientemente ao irmão do encenqueiro que “vizinho não pode levar as pequenas coisas em consideração”.

Em narrativas como as desses episódios, explicita-se e valoriza-se um saber-fazer que é próprio daquele que é *controlado* e sabe *controlar*, evitar *desentendimentos* (Lima, 2011) e *confusões*. Tais narrativas estabelecem um terreno moral para o narrador situar-se como alguém que é capaz de evitar *encenaça*, assumindo o papel do “vizinho calmo” que consegue controlar uma situação potencialmente conflitiva. Descrevem pessoas próximas (o próprio narrador ou o pai da narradora) que seguem uma “política de contenção” de sua expressão de antagonismo diante de agressões, de cálculo cuidadoso com relação ao que dizer em conversas relativas a conflitos, de rápida formulação de respostas para desarmar atos que buscam desmoralizar e intensificar conflitos (como uma reclamação pública na venda, no exemplo acima). Outras falas registradas na pesquisa apontam também para a importância da atenção e da astúcia em

relação aos vizinhos encenqueiros como parte constitutiva dessa figura do vizinho que evita o aprofundamento dos problemas. Assim, creio que há em narrativas como essas a elaboração e celebração de uma disciplina, algo ascética em um ambiente tão agonístico, que viabiliza uma “política” de vizinhança que pode se tornar essencial para “desarmar” situações explosivas e demonstrações exuberantes de antagonismo. Nesse sentido, saber afastar o risco de descontrole nas relações entre próximos passa pelo exercício de modalidades específicas de auto-controle em meio a interações que tendem a recursivamente reforçar os antagonismos.

São particularmente explosivas as situações em que há uma família ou pessoa com *fama de valente* pela qual precisam zelar, provocadores contumazes e exuberantes, sempre envolvidos em confusão, *perigosos*. Quando se narra a convivência com o perigo e os *perigosos*, a referência ao *saber viver* ganha uma inflexão específica e mais urgente e difícil. Viver junto de *gente brava*, dos *valentões*, em lugares *perigosos*, nos quais dizem até que o Capeta foi visto, em tempos de *violência*, pode ser considerado uma verdadeira prova, uma provação, desse *saber viver* apresentado sempre como uma sabedoria e uma disciplina voltada para o bem da família, como algo que permite protegê-la. O cotidiano de qualquer dessas comunidades rurais inclui de maneira importante o *vigiar* de uns pelos outros, assim como inclui risco de descontrole, brigas e confusões. Mas se você é vizinho de um *valentão*, *vigiar* é ainda mais essencial e deve ser mais minucioso, mais atento, pois o risco de agressão é sempre maior, mais grave e iminente. Os olhares se voltam para os *perigosos* em busca de identificar ameaças. É preciso estar muito atento, saber interpretar os sinais emitidos pelo valentão e sua família, as provocações implícitas, e ao mesmo tempo, é preciso *esperteza*, *tolerância* e *paciência*, pelo menos dentro de certos limites que precisam ser explicitados e justificados nas narrativas diante do público. Termos como *paciência*, *tolerância* e *esperteza* (no sentido de astúcia) são fundamentais para construir narrativas que não dêem espaço para a interpretação de fraqueza moral, falta de coragem, submissão. Por exemplo, nas narrativas de conflitos de diversas ordens, é usual que haja descrição dos vários momentos em que o narrador, que se considera agredido, provocado e ameaçado por alguém tido como perigoso e poderoso, pensa em agir com violência, *fazer uma besteira*, e explicita as razões que os levaram a não optar por esse rumo. Tais narrativas são sempre marcadas, entre os homens, pela descrição da intensa vivência subjetiva da dúvida

quanto à atitude a ser tomada, bem como da forte consciência de estar sendo observado e julgado pela comunidade, *os outros*. Geralmente essas justificativas passam por considerações relativas ao bem estar da família, a admissão da fraqueza relativa, e podem incluir afirmações de confiança na justiça divina confirmadas, por exemplo, por observações sobre a má sorte e a desagregação familiar que no momento da narrativa atingiram os *violentos* e *perigosos*. Todavia, nem sempre a *tolerância* e a *paciência*, a *calma*, a evitação por meio da mudança de domicílio ou dos caminhos usuais, a conversa cuidadosamente calculada, ou mesmo a astúcia, são suficientes para evitar brigas, confusões e violência. Ainda que certamente as modalidades de interação descritas por aqueles termos sejam em grande parte responsáveis pela convivência consideravelmente pacífica nessas localidades, mesmo naquelas em que há reconhecidamente algum *perigoso*.

Mesmo quando os entendimentos diretos e pessoais entre vizinhos vão se mostrando insuficientes para evitar um *descontrole*, recorrer aos agentes da lei não é uma decisão fácil de ser tomada. Nesse universo, recorrer à *autoridade* jamais é algo que se faça de imediato, de maneira naturalizada, logo que surja um problema. Todos os vizinhos e parentes dos envolvidos ficarão sabendo que alguém resolveu *chamar a autoridade* para intervir em dado problema, e isso certamente se tornará *assunto*. Por isso é preciso que essa decisão seja adequadamente apresentada e justificada, para que ganhe sentidos morais positivos, o que só ocorre se tal atitude se apresentar como limite. A *autoridade* acaba por ser uma peça a mais, bastante problemática, na complexa tentativa de *controlar*. É comum, na roça, ouvir afirmações orgulhosas de que “nunca precisei de autoridade”, enfatizando que os problemas experimentados com os vizinhos e parentes sempre foram resolvidos através da conversa e do entendimento com as pessoas, ou então através do desafio, da ruptura e da agressão, cuja descrição também é sempre acompanhada por uma cuidadosa justificativa. Assim, o recurso às autoridades judiciais ou à polícia passa por um forte crivo moral, construído nas avaliações e julgamentos cotidianos dos atos uns dos outros.

Se as indicações encontradas mostram que *chamar a autoridade* é uma atitude moralmente dúbia, arriscada, e que precisa ser muito bem justificada para não prejudicar a reputação dos que a chamam, há intervenções “externas” podem eventualmente criar situações propícias para o apaziguamento de conflitos e tensões que teriam possíveis

desdobramentos violentos. Em uma localidade da região pesquisada, a convivência entre os vizinhos ficou, durante anos, tensionada pela presença de um *valentão* e sua família. Esse *valentão*, que inclusive foi delegado (portanto, *autoridade*) durante alguns anos, ameaçava e provocava constantemente os vizinhos, agredia os mais vulneráveis, violava divisas, e assim por diante. Segundo alguns vizinhos, em certo momento o *valentão* passou a desconfiar que poderia estar em curso a organização de uma resposta drástica por parte de um grupo de vizinhos – procedimento que também foi mencionado em relação a outras situações de descontrole na comunidade ocasionadas por pessoas perigosas que acumulavam inimizades desmedidamente. De todo modo, foi nesse momento que chegou ali um padre que se dedicava de organizar comunidades de base em toda aquela região, e que nesse trabalho tratava de identificar e tentar pacificar as desavenças entre vizinhos e parentes, como condição para formar a “comunidade”. Com a chegada do padre, o *valentão*, para a surpresa de todos, foi se envolvendo nas atividades da comunidade, em especial com os concursos de música religiosa promovidos na região, nos quais passou a se destacar, bom violeiro que era. O padre astutamente orientava os vizinhos a controlar seu incômodo e adular a vaidade do *valentão*. Conseguiu levá-lo a visitar uma família com a qual vinha cultivando desavenças cada vez mais graves, para que “fizessem as pazes”. O *valentão* doou um terreno e construiu uma casa para a comunidade (que sintomaticamente foi incendiada durante a noite... mas o padre promoveu a construção de outra). Eventualmente entregou as armas ao padre e se tornou um dedicado membro da comunidade, ainda que seus vizinhos tenham sempre mantido uma cuidadosa reserva a respeito de sua “conversão” e continuassem, anos depois, muito atentos aos atos seus e de sua família. De todo modo, esse movimento permitiu que os vizinhos justificassem a continuidade de sua convivência e a opção de cada um e do conjunto dos vizinhos por evitar uma atitude mais drástica. A relação entre o *valentão*/a família do *valentão* e os seus vizinhos nunca é puramente constituída de agressão, ameaças, mostras de valentia e perigo, é sempre bem mais complexa. O que permite fazer e justificar ajustes como esse acima descrito. Nesse caso a combinação da correta interpretação, por parte do *valentão*, da situação e dos sinais de ameaça da parte dos vizinhos, com a feliz coincidência da chegada do padre no momento de maior tensão, e com a capacidade dos vizinhos, orientados pelo padre astucioso, de adular o *valentão* de modo a tornar

a sua adesão à comunidade uma saída honrosa (mesmo que isso possa ser questionado à boca pequena até muitos anos depois), permitiu que a situação fosse controlada.

Mas nem sempre a construção da comunidade pela igreja teve o mesmo resultado pacificador. Em outra localidade, marcada de modo ainda mais intenso pela presença aterrorizante de um *valentão* e sua família, a criação da comunidade inaugurou um novo foco de disputa. O *valentão* esperava que ficasse com ele e sua família a direção formal da comunidade, e a resistência a essa sua vontade por parte de outros moradores da localidade levou a um aprofundamento do *descontrole*, chegando a agressões físicas durante uma reunião da comunidade, e ameaças de morte (muito palpáveis, pois já tinha havido mortes). Os que se contrapunham diretamente a ele precisaram fugir para longe por um bom tempo, abrindo-se na casa de parentes em município distante dali. As agressões e mortes se acumularam até que o *valentão* foi morto numa emboscada, o que levou a novas mortes em vingança, em um dos mais graves ciclos de violência entre as localidades que pesquisei. Segundo os relatos, a intervenção da polícia, que em determinado momento aconteceu, não foi decisiva, dado que a família perigosa tinha conexões políticas. A situação só “ficou mais controlada” na localidade quando graves dissensões internas nessa família de *gente perigosa* fizeram com que a ela deixasse a localidade.

Saber viver diante dos outros

Situações extremas, de *descontrole* e *violência* (termo usado para descrever, no caso que acaba de ser relatado, o período em que ocorreram as agressões e mortes – *a época da violência*) se tornam célebres por meio das narrativas, repetidas em versões variáveis, em uma área relativamente ampla e por um tempo relativamente longo. As narrativas, especialmente se elaboradas e contadas com talento, lembram a todos o que pode acontecer quando não se consegue *controlar*. Já as narrativas, talvez as mesmas, que enfatizam o *saber viver* e que elogiam ou mostram o orgulho de conseguir estabelecer uma relação respeitosa e pacífica até mesmo com *perigosos* e *valentões*, valorizam e dão a conhecer um modo de proceder. Mas do ponto de vista de cada parte envolvida, tais narrativas precisam a cada momento mostrar cuidadosamente que essa paz não é obtida como resultado de fraqueza, falta de coragem ou submissão.

Em seu conjunto, as práticas narrativas que, no cotidiano do universo social que estudei, constituem polemicamente o sentido moral das ações, estão marcadas pelo comentário, análise e julgamento das tensões entre próximos, e são elas mesmas constitutivas dessas tensões. Um mundo sem tensões e sem as histórias de como tais tensões foram ou são controladas ou se tornaram descontroladas seria também, do ponto de vista que estou procurando reter aqui, um mundo *sem assunto*. Para pessoas habituadas a uma intensa vida entre próximos em que está sempre em jogo a avaliação moral mútua, a indiferença entre próximos (familiares e vizinhos), marcada pela ausência ou radical simplificação das conversas e dos encontros que as geram, que já vi relatada em algumas situações em outros lugares, se por um lado reduz tensões ao reduzir a intensidade e a intimidade das relações, traz uma sensação de perda de sentido que é lamentada – se ainda houver alguém disposto a ouvir lamentações. Apesar dos riscos graves, a possibilidade ou a efetivação do *descontrole* envolvendo pessoas de um mesmo círculo relativamente íntimo traz muito assunto, e incita inclusive as pessoas a falarem sobre o que é preciso para *controlar* – a si, aos outros, e à situação. Nesse universo, as pessoas estão de alguma forma constantemente falando sobre *saber viver*, a partir de casos concretos, e nesse âmbito parece ser especialmente interessante e empolgante falar sobre *saber viver* junto aos *perigosos*. Nessas falas mesmas, cultiva-se e exercita-se esse *saber viver*.

Talvez nessa perspectiva seja possível entender melhor a aparente contradição entre o espanto que o povo da roça manifestava ao referir-se à violência televisionada do Rio de Janeiro e os sinais que aos poucos iam surgindo de que violência brutal ou ameaças de violência estavam longe de ser algo desconhecido naquelas localidades ou nos lugares nas grandes cidades em que algumas daquelas pessoas residiram. A violência que ali surge ou se anuncia está imersa em um denso entrecruzamento de relações, uma vizinhança íntima, que implica uma intrincada produção de avaliações morais através de formas narrativas e expressivas. Tal violência pode ter conseqüências dramáticas, mas está referida a situações entendidas como de *descontrole*, e o caminho para *controlar*, ao contrário do que lhes parece acontecer nas situações de violência descritas nos noticiários policiais, não lhes parecerá desconhecido – é um *saber viver* muito debatido e analisado, ainda que nem sempre facilmente realizável e podendo envolver riscos graves. Mesmo a *autoridade* – às vezes uma *autoridade* completamente imersa no mesmo mundo social, tal como

o *valentão* que foi também delegado – ao ser acionada passa a ter suas ações entendidas e incorporadas ao mesmo regime de julgamentos morais polêmicos narrativamente produzidos – cabendo inclusive investigar como e em que grau essa compreensão do povo da roça afeta, em cada caso singular, os procedimentos e a compreensão no âmbito das agências às quais se vinculam aqueles que são entendidos localmente como “a autoridade”⁹.

No estudo minucioso e pioneiro, já clássico, de Maria Sílvia de Carvalho Franco (1976) sobre o Vale do Paraíba do passado, homens livres e pobres se encontravam fechados num círculo de violência “sem expressão social” (1976:219), entre próximos, presos a uma situação social em que não havia algo como um controle tradicional constituído, e na qual o poder pessoal impedia a constituição de uma sociedade de classes. Essa violência aparece como resultado de existências “rudimentares nos ajustamentos humanos” (:58), em que a única referência era a apreensão de si como pessoa, estritamente em sua subjetividade, tendo como consequência que qualquer desavença, por ser percebida como envolvendo a integralidade das pessoas dos adversários, fosse levada às últimas consequências, no limite ao extermínio. Entre sitiantes e meeiros da Zona da Mata mineira contemporânea a possibilidade, sempre presente e com certa frequência realizada, de *brigas*, *confusões* e *mortes* entre próximos, parece antes fazer parte, como lado obscuro talvez, da maneira pela qual a vida coletiva entre vizinhos e parentes produz ajustamentos morais bastante complexos, sutis e reflexivos, inerentes à maneira agonística pela qual se configuram e reconfiguram coletividades da ordem da família e do parentesco, ao modo narrativo pelo qual as reflexões e julgamentos morais se constroem publicamente, e às modalidades de disciplina pessoal que configuram uma ética da boa convivência. Nessa dinâmica, a cada momento parece estar em jogo demonstrar, a si e aos outros, que se sabe viver no fio da navalha entre o descontrolar e o controlar, a si e aos outros.

⁹ Nesse sentido, são particularmente interessantes as análises que, escapando de (pré)definições do “Estado” externas às próprias relações que são postas em jogo em situações concretas, mostram que também os funcionários de agências estatais se enredam de maneira complexa nos jogos morais dos universos sociais que procuram gerir, e que isso é parte constitutiva de modos de operar do “Estado”. A esse respeito, ver entre outros Vianna (2002), Lugones (2009), e Herzfeld (2009)

REFERÊNCIAS

- BEIDELMAN, T.O. (1989) “Agonistic exchange: Homeric reciprocity and the heritage of Simmel and Mauss”. *Cultural Anthropology* 4(3): 227-259
- CAMPBELL, John (1974) *Honour, family and patronage*. Oxford: Oxford University Press
- CARVALHO Franco, Maria Sílvia de (1976) *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática
- CERQUEIRA, Ana Carneiro (2010) *O ‘povo’ parente dos Buracos: mexida de prosa e cozinha no cerrado mineiro*. Tese de doutorado. PPGAS/Museu Nacional/UFRJ
- COMERFORD, John (1999) *Fazendo a luta. Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Nuap, Coleção Antropologia da Política
- _____. (2003) *Como uma família. Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Nuap, Coleção Antropologia da Política
- _____. (2007) “Herança da terra e conflito”. Em Lima, Eli Napoleão de et al (orgs). *Mundo Rural: configurações rural-urbanas, poder e política*. Rio de Janeiro: Mauad/ Edur
- HERZFELD, Michael (1985) *The Poetics of Manhood. Contest and identity in a Cretan mountain village*. Princeton: Princeton University Press.
- _____. (2009) *Evicted from Eternity. The restructuring of modern Rome*. Chicago: University of Chicago Press.
- LIMA, Grazielle Dainese (2011). *Chegar ao cerrado mineiro: hospitalidade, política e paixões*. Tese de doutorado. PPGAS/Museu Nacional/UFRJ.
- LUGONES, Maria Gabriela (2009) “Obrando em autos, obrando em vidas”: formas e fórmulas de “proteção judicial” dos tribunais preventivos de menores de Córdoba, Argentina, nos começos do século XXI. Tese de doutorado. PPGAS/Museu Nacional/UFRJ.
- MARQUES, Ana Claudia (2002) *Intrigas e questões. Vinganças de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Nuap (Coleção Antropologia da Política)
- MAUSS, Marcel. (1974) “Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. Em Mauss, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Volume II. São Paulo: EPU/EDUSP
- MUNN, Nancy (1992) *The Fame of Gawa. A symbolic study of value transformation in a Massim society*. Duke University Press
- PERISTIANY, John (Ed) (1966) *Honour and shame: the values of Mediterranean society*. University of Chicago Press
- PITT-RIVERS, Julian (1977) *The fate of Shechem or the politics of sex. Essays in the anthropology of the Mediterranean*. London: Cambridge University Press
- SIMMEL, Georg (1950) “Sociability”. Em Wolff, Kurt (Ed.) *The Sociology of Georg Simmel*. New York: The Free Press.

- SIMMEL, Georg (1955) *Conflict and the web of group affiliations*. New York: The Free Press
- SINGH, Bhrigupati (2011) “Agonistic intimacy and moral aspiration in popular hinduism: a study in the political theology of the neighbor”. *American Ethnologist*: 38/3, pp 430-450.
- VIANNA, Adriana (2002) *Limites da Memoridade: tutela, família e autoridade em julgamento*. Tese de doutorado. PPGAS/Museu Nacional/UFRJ.
- VILLELA, Jorge. (2004) *O povo em armas. Violência e política no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Nuap (Coleção Antropologia da Política)

PESQUISAS DESIGUAIS E LUTAS NEGLIGENCIADAS¹

Jorge Mattar Villela²

Em um filme do diretor italiano Michelangelo Antonioni ouvimos este trecho de diálogo:

Locke: Ontem, quando filmamos na aldeia, eu soube que você era um curandeiro. Não é incomum para alguém como você, que viveu por muitos anos na França e na Iugoslávia?

Locke: Isso mudou as suas atitudes em relação a alguns costumes da tribo? Eles não lhe parecem falsos ou errados para a tribo?

Homem: Sr. Locke, há várias respostas perfeitamente satisfatórias e verdadeiras para todas as suas perguntas. Mas eu não acho que o senhor entenda o quão pouco aprenderá a partir delas. Suas perguntas são muito mais reveladoras do senhor mesmo do que minhas respostas podem revelar sobre mim.

O que se lerá a seguir relaciona-se muito intimamente com este trecho do roteiro. A questão fundamental que os antropólogos podem retirar dele é muito evidente, segundo me parece. O problema que ele sublinha, tão tradicional para a antropologia como ciência híbrida que é, meio no mundo de cá, meio no mundo de lá (a despeito de onde pode ser este lá e este cá), é o seguinte: como se poderá abordar – não mencionemos compreender ou entender – um mundo (ou vários deles) formado por imagens, conceitos e modelos diferentes, em certos casos oriundos de percursos distantes dos nossos, com proveniências exóticas

1 Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no seminário “La Décolonisation la Pensée”, realizado em 2009 no departamento de filosofia da Universidade de Toulouse. Agradeço a Guillaume Silbertin pelo convite e a Barbara Glowcksewski pelos comentários. Uma segunda versão foi apresentada nos seminários Hybris. Agradeço ainda as leituras atentas e os comentários de Ana Claudia Marques, Karina Biondi e Catarina Morawska. Todos os equívocos, não custará dizer, são de minha responsabilidade.

2 Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSCAR